

**“PARA COMBATER O ‘REDIL DA FINA FLOR COMUNISTA’”:
A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES
E O MEC ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA**

**“To combat the ‘communist fold’”:
the circulation of information between universities and the
MEC through Surveillance Bodies**

**“Para combatir el ‘redil comunista’”:
la circulación de información entre las universidades y el
MEC a través de Órganos de Vigilancia**

Renan Nascimento Reis¹

Resumo:

Este artigo propôs-se acompanhar as atividades de vigilância e repressão, promovidas pelo regime militar através do Serviço Nacional de Informações (SNI), no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tomamos, como objeto de pesquisa, a produção de dados a respeito da comunidade acadêmica durante esse período e, para isso, lançamos mão de documentos de acesso restrito no contexto de sua produção, cujo sigilo foi “quebrado” há poucos anos, além de fontes orais, fotografias e notícias divulgadas em jornais. As fontes permitem identificar os mecanismos autoritários usados pelo regime militar para frear a resistência estudantil universitária na Amazônia.

Palavras-chave: Ditadura. Vigilância. Movimento Estudantil.

Abstract:

This article aims to monitor the surveillance and repression activities promoted by the military regime through the National Information Service (SNI), within the scope of the Federal University of Pará

(UFPA). We take, as an object of research, the production of data regarding the academic community during this period and, for this, we use documents with restricted access in the context of their production, whose secrecy was “broken” a few years ago, in addition to sources oral documents, photographs and news published in newspapers. The sources allow us to identify the authoritarian mechanisms used by the military regime to curb university student resistance in the Amazon.

Keywords: Dictatorship. Surveillance. Student Movement.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo monitorear las actividades de vigilancia y represión promovidas por el régimen militar a través del Servicio Nacional de Información (SNI), en el ámbito de la Universidad Federal de Pará (UFPA). Tomamos como objeto de investigación la producción de datos sobre la comunidad académica durante este período y, para ello, utilizamos documentos de acceso restringido en el contexto de su producción, cuyo secreto fue “roto” hace unos años, en además de fuentes orales, documentos, fotografías y noticias publicadas en periódicos. Las fuentes permiten identificar los mecanismos autoritarios utilizados por el régimen militar para frenar la resistencia estudiantil universitaria en la Amazonía.

Palabras clave: Dictadura. Vigilancia. Movimiento Estudiantil.

Introdução: como chegamos a essa documentação e por que ela serve?

Em julho de 1968, Jayme Portella, secretário-geral do CSN, em reunião do órgão na qual estavam presentes as maiores autoridades do regime militar, inclusive, o então presidente Costa e Silva, defendeu que a UNE encabeçava um plano de “lutar pela libertação do País, incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras”. Segundo o general de brigada, tratava-se de uma organização dirigente e de enquadramento de massas que compreendia órgãos de cúpula (UNE e AP), órgãos de execução e enquadramento (DAS e DCE), entidades legais sob controle de elementos da UNE e entidades ilegais encobertas por entidades legais de fachada. A principal estratégia de toda essa suposta estrutura era utilizar reivindicações “justas e sensíveis à opinião em geral” “(reforma do ensino, liberação de verbas etc.)” e de “pretextos subversivos” (“reabertura do restaurante do *Calabouço*, anistia e abolição da censura”) e associá-los a atos de violência (“ocupação de faculdades, prisão de professores, depredação e reação à presença da autoridade pública”)². Foi para combater essa estrutura que o SNI se instalou nas universidades, ao passo que a documentação sigilosa, utilizada nesse ensaio, é produto da crença nutrida pelo regime de que os *campi* eram locais de predileção das forças inimigas.

Em 20 de novembro de 2013, o Conselho Universitário da UFPA aprovou a Resolução nº 721, criando a “Comissão César Leite de Memória e Verdade” com o objetivo de localizar e inventariar os acervos documentais atinentes a violações de direitos humanos e liberdades

individuais ocorridas na UFPA entre o período compreendido de 1º de abril de 1964, data do golpe civil-militar, até 5 de outubro de 1988 na Universidade³.

Essa iniciativa veio a reboque do movimento iniciado com a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011⁴, e com a Criação da Comissão Nacional da Verdade⁵. A nova legislação brasileira sobre o acesso às informações públicas foi o resultado de um longo caminho de lutas contra o excesso de sigilo governamental iniciado antes do fim da ditadura. A Lei de Acesso à Informação possibilita que as vítimas do regime tenham acesso à documentação necessária para fundamentar pedidos de anistia e, ao mesmo tempo, permite aos historiadores identificar violações dos direitos humanos descritos nos chamados “documentos sensíveis”, durante os “eventos traumáticos” iniciados em 1964. A abertura dos “arquivos secretos” da repressão ajuda também a superar o mito de que a ditadura brasileira não foi violenta, pois, nessas fontes, são mencionadas incontáveis vidas prejudicadas pela ação do Estado autoritário, além daquelas atingidas pela tortura e pela violência explícita. Os documentos sigilosos da ditadura são impactantes, e todo esforço em revelar tal material pode alterar a lógica da impunidade que ainda prevalece. Essas fontes trazem em si uma “verdade” mobilizadora capaz de produzir um “conhecimento menos estereotipado” do período e “superar o sentimento de frustração e a sensação de impunidade”. Por outro lado, devemos analisar com cautela as informações constantes em documentação produzida por autoridades do Poder Executivo, uma vez que trazem a “memória do arbítrio”⁶.

A Documentação Sensível e o que elas revelam sobre as universidades vigiadas

Em outras palavras, ofícios, atas, circulares e informes, que compõem esta pesquisa, devem ser criticados e encarados, conforme preceitua Jacques Le Goff, como “documento-monumento”, dado que sua produção é resultado das relações de força existentes entre militares e inimigos do regime, cabendo ao historiador buscar identificar as condições em que se deu essa produção⁷, sem se esquecer de que os “arquivos da repressão” estão permeados por práticas disseminadas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que gerou, muitas vezes, informações imprecisas.

Os elementos citados nos arquivos do SNI acerca da UFPA são vistos com suspeição e pré-culpabilidade costumeira. Procurou-se cercá-los de todo tipo de indício que os enquadraria na categoria “subversivo”, impreciso e genérico na maioria das vezes. Um “subversivo” poderia ser um aluno que manifestasse alguma opinião política ou tomasse a palavra em alguma reunião no *campus*, ou aquele que fosse identificado como partícipe de organizações clandestinas.

A figura do “dedo duro” é encontrada tanto nas fontes oficiais quanto nos relatos orais, tratando-se ou de alunos ou de professores. O ex-aluno da Faculdade de Direito, João de Jesus Paes Loureiro, em seu depoimento, tratou do assunto: “eu, por exemplo, tinha um colega que ficou muito chegado a nós na faculdade e que, de repente, viemos saber que ele, na verdade, pertencia a esse grupo de informantes, que eram pessoas que tinham seus benefícios em função disso”⁸.

Havia colaboradores atuando dentro das salas de aula e durante os encontros estudantis, realizados interna e externamente ao *campus*. Para a eficácia do trabalho do SNI em catalogar centenas de inimigos da “Revolução”, que atuavam na Universidade, foi imprescindível a participação dessas figuras, as quais, algumas vezes, podem ser identificadas nos documentos. Em outros momentos, elas não são nomeadas, mas sua presença e atuação ficam claras: o reitor Aloysio Chaves, em ofício encaminhado ao diretor da DSI/MEC em abril de 1972, coronel Pedro Vercillo, afirmou ter buscado levantar, entre “professores, alunos amigos e de confiança”, alguma “pista esclarecedora” sobre a autoria de panfleto subversivo apreendido no Núcleo Universitário do Guamá⁹.

O colaboracionismo ocorria por rixas internas ou por fazer parte da estrutura montada pela repressão na rotina de coleta de dados. Esse “Sistema”, se, por um lado, denota a não confiabilidade de determinadas informações, por outro, sugere até que nível de detalhe o SNI conseguiu penetrar no cotidiano da UFPA.

O SNI descobriu, através dessas “fontes”, que o professor da Escola de Química, Roberto Rodrigues Coelho, “durante as aulas, incitava os alunos contra o governo e as Forças Armadas”. Conforme as mesmas fontes, o nominado “era elemento de esquerda”¹⁰. O professor Júlio dos Santos Ribeiro foi denunciado pelo servente da Universidade, Benedito Cerejo Castello Branco, junto à polícia civil. Segundo o delator, o docente o mandou “imprimir uns panfletos insultuosos às Forças Armadas e ao governo, e como se negasse a cumprir a ordem, foi suspenso por três dias”. A denúncia ensejou abertura de inquérito pela Delegacia Especial de Segurança Pública de Belém (DESPS/SEGUP/PA). No desfile de 7 de setembro de 1968, “foram jogados do Edifício Manoel Pinto da Silva panfletos insultuosos”, que o SNI acreditava serem os mesmos citados acima¹¹.

Havia, ainda, grupos de estudantes da UFPA que apoiavam o regime, como fica claro em nota publicada pelo *O Liberal* em agosto de 1965, relatando reunião entre acadêmicos do curso de Direito e o governador do Estado do Pará, coronel Jarbas Passarinho. No encontro, os estudantes apresentaram “adesão política à candidatura do major Alacid Nunes” como seu

sucessor. Passarinho ofereceu uma taça de guaraná aos discentes e “brindou à nova consciência do Pará”¹².

No treinamento ministrado pelo DSI/MEC a agentes de informações em 1972, alguns princípios ficaram nítidos. De acordo com o material utilizado durante o curso, havia necessidade de serem empregadas forças concorrentes que tivessem o objetivo de desviar as forças da subversão. Isso seria feito rebatendo as propostas transmitidas pela propaganda subversiva, difundindo-se “ideias verdadeiras e constantemente demonstradas”. A luta contra a subversão, continuou o órgão, não poderia ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares, na verdade, tinha de atuar na fonte externa, ou seja, “na sua origem exterior, para dificultar a ajuda em pessoal, material e documentação que os subversivos recebem do exterior”. Dada a complexidade das ações subversivas, era crucial perceber a importância da informação. Isso implicava na necessidade de um serviço de informações eficientemente desenvolvido e adaptado. O documento ressaltou também, entre os princípios da contrassubversão, a necessidade de se conquistar o apoio de uma grande parte da população, adotar a mesma diversidade de meios e processos de luta empregados pelos inimigos e dispor de meios de pesquisa de informações, de segurança, de defesa, de ação ofensiva e de apoio de toda a espécie¹³.

Ao lançar um olhar sobre a documentação produzida pelo SNI a respeito de atividades suspeitas no âmbito da UFPA, percebemos que a dinâmica de troca de informações, levantamento e compartilhamento de dados funcionava conforme esses pontos norteadores, os quais foram seguidos ao longo dos trabalhos da AESI na UFPA e após a sua remoção do *campus*. Existia uma lógica de funcionamento que somente através de um olhar por dentro da documentação poderia ser compreendida que diretrizes eram seguidas e padrões eram repetidos.

A informação deveria ser utilizada da mesma forma em todos os escalões do Sistema de Informações, seguindo-se os princípios de apresentação, oportunidade, continuidade, amplitude e salvaguarda, visando atender de modo eficaz àqueles que delas fizessem uso. Os meios de difusão deveriam também seguir os mesmos fundamentos, variando apenas quanto à quantidade, à amplitude e à frequência, o que buscava assegurar que os Órgãos de Informações, nos vários níveis, dispusessem das mesmas informações relativas ao seu campo de ação. O SNI também definiu diretrizes quanto ao conteúdo e à transmissão das informações, as quais deveriam ser sigilosas, amplamente difundidas, facilmente compreendidas e exploráveis, postas à disposição do usuário em tempo de permitir sua avaliação e interpretação. Os interessados tinham, ainda, de ser constantemente mantidos a par de novos dados acerca dos assuntos anteriormente levantados. Os meios de difusão eram por rádio (casos urgentes e sempre através de cifras); por mensageiros, quando havia urgência de transmissão e o documento necessitava de um grau de segurança mais

eficiente (os documentos ultrassecretos deveriam ser sempre enviados por mensageiros categorizados); por telefone, nos casos em que não era necessário assegurar um alto grau de sigilo, utilizando-se de um sistema codificado; por visitas, quando era necessário um alto grau de sigilo e uma conversação entre as partes interessadas; por *briefings*, quando o relato deveria ser transmitido ao mesmo tempo a vários interessados; por documentos (transportados por mensageiros credenciados, por malotes especiais ou por Correios)¹⁴.

Essa normatização explica o porquê de os documentos transitarem com tanta velocidade entre os departamentos da UFPA e os órgãos de informações. O conteúdo dessas fontes traz outra característica importante: eles eram claros e objetivos, com todo o desavergonhamento inerente à falta de temor que tais documentos fossem lidos por pessoas não autorizadas, dado seu caráter sigiloso. Os agentes também não prefiguravam que, décadas mais tarde, a legislação obrigaria o fim do sigilo desses documentos. Tal desfaçatez confere aos documentos, produzidos pelo SNI a respeito da Universidade, um grau maior de proximidade com o que ocorria longe dos olhos da maior parte dos alunos, professores e funcionários durante o regime militar, o que, nos testemunhos orais e nos jornais, aparece sob alguma bruma.

Vigilância sobre agitadores: a comunidade acadêmica sob olhar do SNI

Mais do que dados, as fontes deixadas pelo SNI fornecem também todo um campo semântico de representações no tocante à subversão acadêmica, a maneira como o regime lidava com a rebeldia promovida dentro das universidades e com os focos de resistência que se manifestavam nesse espaço. Por isso, estivemos atentos a todos os detalhes inscritos nessa fonte, sejam datas, nomes, assinaturas, grau de confidencialidade, tempo de tramitação entre os órgãos, difusão, autores, enfim, os “resíduos”, os “dados marginais” e “os pormenores mais negligenciáveis”¹⁵, porém reveladores sobre a realidade vivenciada naquele espaço e naquela época.

Os primeiros relatórios sobre membros suspeitos ligados à UFPA começaram a ser produzidos anos antes da instalação da AESI na Universidade. Em julho de 1965, o Comando da Aeronáutica da 8ª Região Militar, sediado em Belém, redigiu documento com informações sobre Roberto Décio las Casas. O elemento havia chegado à capital do Estado em 1962, acompanhado de sua esposa, Sarah las Casas, quando foi contemplado com bolsa de pesquisa no campo da Antropologia Cultural, passando a atuar no Museu Paraense Emílio Goeldi. Segundo as autoridades, sua casa era frequentada por grande número de pessoas, destacando-se “elementos da classe estudantil e conhecidos intelectuais”, tornando-se, em pouco tempo, o “redil da fina flor

comunista”. O casal, “comunistas militantes”, demonstrava “admiráveis qualidades de aglutinação a serviço da subversão política e prestava serviços ao PCB no Pará”. Conforme checado pela vigilância, las Casas também exercia a função de professor na Faculdade de Direito da UFPA, definida como “um dos maiores antros de subversão” da capital, “graças ao trabalho consistente e perseverante” da “dupla de agitadores”. Continuou o relatório:

Com a eclosão do movimento de 31 de março de 1964, o casal refugiou-se na região do Xingu, até que medidas de repressão à subversão decaíssem em intensidade, retornando em seguida a esta capital, onde permanecem, incólumes, embora atuando com desenvoltura no movimento contrarrevolucionário, na própria Universidade¹⁶.

Em abril de 1966, documento “Secreto” produzido pelo SNI sobre outro casal tido por “comunista”, João Luiz Barreiros de Araújo e Leide Brito de Araújo, residentes em Belém, citou o envolvimento destes com alunos da UFPA¹⁷.

Takahashi teve seu nome outra vez mencionado em relatório produzido pelo SNI em setembro de 1967, cujo assunto eram as “atividades subversivas em Belém”. Outros elementos também foram identificados pelos agentes de vigilância e igualmente mencionados no documento. Ana Monteiro Diniz, estudante da Faculdade de Filosofia da UFPA, foi apontada como tendo trabalhado “com entusiasmo para a realização do XXVIII Congresso da UNE em julho de 1965, do qual participou e foi eleita 1ª Secretária”. Na ocasião, ela teria lido, em sessão plenária, a “Carta da Amazônia”, denunciando a autorização para que entidades estrangeiras efetuassem pesquisas na região. Foi também uma das autoras dos volantes distribuídos no restaurante *Calabouço* contra atos governamentais.

No mesmo documento, o SNI anotou que Joaquim Lemos Gomes de Souza, professor da Faculdade de Direito da UFPA, havia assinado “manifesto de solidariedade à Revolução Cubana”, era “conhecido como advogado de contrabandistas” e teve “atuação destacada, ao lado de notórios advogados comunistas”, em assembleias na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contra atos do Oficial Encarregado do IPM que apurava “atividades comunistas e terroristas no Pará”¹⁸.

João de Jesus Paes Loureiro também teve seu nome mencionado no relatório e, em conformidade com o SNI, “apareceu na caderneta apreendida com Humberto Kinjô, na sede da UNE, pelo IPM/UNE, como dirigente da AP em Belém”. Loureiro, conforme apurou a vigilância, era “apontado por inúmeros colegas como elemento independente, quanto à política estudantil” e o autor do “livro de poesias *Tarefa*, de conteúdo altamente subversivo”. Foi mencionada, ainda, sua aproximação com os advogados Ronaldo Barata e Leonildes Macedo e

Silva e com o estudante de Direito da UFPA, José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Esse grupo era suspeito de envolvimento em contrabando de armas para o PCB. Em 1963, Paes Loureiro teria recebido do “líder esquerdista Camilo Montenegro a incumbência de coordenar o método ‘Paulo Freire’ através da União Acadêmica Paraense, verdadeiro antro de subversão estudantil”. O SNI também lembrou, na ocasião, que Loureiro “foi encarregado de iniciar a greve estudantil em Belém”, a qual fora organizada e orientada por Donato Cardoso de Souza¹⁹.

Entre os primeiros documentos do SNI a que tivemos acesso, consta também ofício assinado pelo diretor do DSI/MEC endereçado à UFPA. No dia 4 de janeiro de 1968, o diretor da Divisão da Segurança e Informações do MEC, Waldemar Raul Turola, encaminhou ofício circular ao reitor, em caráter de urgência, solicitando levantamento amplo sobre a situação da Universidade em vários de seus aspectos. Em relação à sua estrutura, foram solicitadas informações sobre a quantidade de unidades universitárias, de salas, de laboratórios, de número de obras, de existência de bibliotecas por cursos, seguido do levantamento de diplomados desde sua fundação e do número de vagas para aquele ano.

Quanto ao corpo discente, as perguntas foram mais específicas: “O Diretório Acadêmico representa realmente o corpo discente?”, “Que realizações apresentam os Diretórios?”, “Que tem solicitado os DA?”, “Em que têm sido atendidos?”, “Existe harmonia de pontos de vista entre Diretório Central e a reitoria?”, “Há noção de responsabilidade e espírito público e idealismo de Diretoria Central e em cada um dos DA?”. Quanto ao corpo docente, o diretor Turola estava interessado em saber se os professores eram de fato eficientes, se os programas foram cumpridos e se existia “entrosamento e cooperação entre esses e a Direção e entre a reitoria e o Conselho Universitário”²⁰.

Essa fonte traz algumas informações importantes. Mesmo antes das sublevações estudantis de 1968, o DSI/MEC atuava para colher dados junto às instituições de ensino sobre a realidade acadêmica pela qual passavam. Além de elementos quanto à infraestrutura da UFPA, temas sensíveis como número de vagas e a atuação dos órgãos de representação discente foram elencados, considerando, ainda, quais seriam as principais demandas estudantis e como se dava a relação entre o Diretório Acadêmico e a reitoria, além da atuação dos docentes e sua relação com a administração da Universidade.

Em novembro de 1968, o general Mário Aldo Couto da Gama, chefe do SNI em Belém, à época situado na Travessa Antônio Baena, 1113, no mesmo edifício onde funcionava a SUDAM, encaminhou ofício confidencial ao diretor da Escola de Serviço Social do Pará, solicitando “dados informativos” sobre as “principais figuras” daquela administração, ou seja,

diretor, vice-diretor, secretário e professores (efetivos, suplentes ou contratados). Os dados solicitados incluíam cor, religião, residência e ocupações anteriores²¹.

O ofício solicitava que as informações fossem encaminhadas ao Núcleo de Agência de Belém (NABE), célula do SNI instalada na capital. Alguns dias depois, Couto da Gama, buscando realizar um “levantamento dos problemas educacionais brasileiros”, solicitou que o diretor da Escola de Serviço Social encaminhasse, com urgência, exposição sintética contendo as principais necessidades daquela unidade²². Ciente da premência do pedido, no dia seguinte, o então vice-reitor em exercício, Elísio Parente de Araújo, remeteu ao diretor da Escola de Serviço Social ofício para que ele atendesse ao pleito emitido pelo chefe do NABE²³.

A Escola de Serviço Social do Pará havia sido federalizada e incorporada à UFPA em novembro de 1963, através da Lei nº 4.283²⁴, assim como a Escola de Química Industrial do Pará. O levantamento solicitado por Mário Aldo Couto incluía detalhes sobre os servidores daquela Escola, com minudências apenas justificadas pela vigilância que se procurou realizar nas universidades após 1964. Mas, para além da vigilância, o regime estava atento às demandas educacionais, as quais, sabiam, geravam inquietações entre os alunos, o que serviria de instrumento de rebeldia e luta contra o Estado, caso não fossem atendidas. Por isso, procurar deslindar as necessidades mais imediatas das universidades públicas era prioridade e demandava urgência, como podemos atestar pela tempestividade cobrada nas requisições.

A resposta foi encaminhada no dia 30 de dezembro de 1968 em ofício assinado pela diretora em exercício Maria Tereza Couceiro Simões. O documento trouxe informações sobre a situação da UFPA naquele ano e, como bem salientou o órgão de informações, apresentou aqueles que seriam os principais problemas enfrentados pela Universidade. Em 1968, não podemos nos esquecer de que a UFPA foi palco de inúmeras sublevações estudantis, com paralisação em várias faculdades, ocupação de prédios e efervescência política de toda ordem, incluindo manifestações que ocorreram externamente ao *campus*. Não é de se surpreender que o regime estivesse preocupado com o que se passava entre os muros da Universidade e quais eram as demandas que poderiam servir de combustível para mais agitações.

O formulário a ser preenchido e encaminhado pelo NABE solicitava dados sobre número de vagas, de candidatos prováveis ao vestibular e número possível de excedentes. Esse último era tema delicado e acerca do qual os militares sabiam poder gerar descontentamento entre os estudantes. Quanto às dificuldades apontadas pela diretora, foram destacadas a “instalação de prédio e mobiliário precário, sem as mínimas condições de ensino e aprendizagem” e a “deficiência de pessoal administrativo”. A diretora admitiu o desconhecimento da “situação funcional do pessoal administrativo”, não obstante a Escola ter sido integrada à Universidade

desde novembro de 1963. O baixo nível salarial e a ausência de bolsa de estudos aos alunos foram outras dificuldades sublinhadas²⁵.

Eram muitos os problemas pelos quais passava a UFPA naquele período, de modo que acreditamos que esse mapeamento possa ter orientado o processo de modernização da Universidade, sobretudo, a partir da construção do *campus*, época em que as “grandes obras” foram executadas. As informações levantadas pelo SNI, como sabemos, não apenas eram formas de vigilância e controle dos elementos subversivos, mas também instrumento para tomadas de decisão estratégicas por parte dos militares, de forma que o caso concreto da UFPA nos permite tirar tais conclusões.

Em outra resposta assinada pela diretora, encontramos escrutínio esmiuçado a respeito dos docentes que atuavam na Escola de Serviço Social²⁶. A vigilância era realizada com muito cuidado e cautela: os documentos foram marcados como “confidenciais”; e os ofícios eram endereçados sempre aos chefes de departamento e com orientação de resposta a ser encaminhada diretamente ao NABE.

Acreditamos que essa vigilância sobre a vida acadêmica tenha sido possível, maiormente, com a implantação das AESI nas universidades, uma vez que o controle da circulação de informações se tornou mais amplo com a presença de um órgão diretamente ligado ao DSI/MEC dentro das instituições. Estes, além recolher informações a respeito das subversões praticadas dentro das universidades, interferiram nas decisões dos reitores e dos ocupantes dos demais cargos de direção nas faculdades. Isso tudo denota maior intervenção do MEC nas instituições, não apenas para vigiar, mas também para punir os indesejáveis²⁷. Considerando que a ação do SNI prejudicou diretamente a vida profissional e acadêmica dos inimigos internos, devemos definir tais órgãos não apenas pelo seu caráter de vigilância, mas também pelo seu caráter punitivo.

Em 23 de janeiro de 1969, o reitor Silveira Neto remeteu ofício circular²⁸ à Escola de Serviço Social, anexando expediente confidencial recebido do DSI/MEC. O documento trazia informações sobre uma reunião promovida pela “ex-UNE” em Petrópolis (RJ), cujos participantes chegaram de automóvel durante a noite, a fim de que não identificassem o local. O documento, que não traz assinatura, informa que os congressistas haviam decidido submeter professores “não alinhados” a tribunais estudantis disfarçados em assembleias, nos quais os “réus” não teriam nenhuma chance de responder às acusações. Teria sido definido também um “torpedeamento” ao Projeto Rondon, além de engajamento em movimentos de massas e manifestações de rua, seguido da articulação com jornalistas “progressistas”, para um apoio às agitações estudantis.

Quanto ao ensino médio, defendiam: a completa abolição da disciplina e o desrespeito ao “tradicionalismo”, no que diz respeito ao trato com o mestre e ao uso de uniformes; repúdio aos pais, que não reconheciam os “direitos dos moços”; a união com os universitários na pressão do “poder jovem”; ligação com sindicatos operários para apoio a greves e movimentos de massa; contato permanente com favelados etc. A resposta a esse documento não demorou muito. Em 27 de janeiro de 1969, o vice-coordenador em exercício do Núcleo de Letras, Rômulo Augusto de Souza, acusou o recebimento do documento e acrescentou que estaria atento para evitar qualquer manifestação de alteração de ordem para manter a disciplina e a paz estudantil²⁹.

No documento citado, o fluxo de informação de “cima para baixo”, ou seja, do DSI/MEC para a base, no caso, a Reitoria da UFPA, evidencia que os órgãos de vigilância trabalhavam não apenas com o propósito de colher informações de forma capilarizada a partir das Reitorias, mas também como veículo irradiador de informações, amplamente disseminadas em todo o território nacional, posto que havia o interesse de que toda e qualquer movimentação suspeita, que partisse dos grupos subversivos, fosse conhecida pelas autoridades do regime em seus vários níveis hierárquicos. A resposta rápida dá conta de que não apenas havia sinergia entre os órgãos envolvidos no controle da vida acadêmica, como também de que o sistema de informações não era ineficiente, como a opinião pública costumava noticiar, principalmente, se considerarmos as dificuldades técnicas atinentes ao período.

O controle era eficaz, porque era exercido, inclusive, pelos órgãos de segurança. O delegado regional do Departamento de Polícia Federal do Pará, Raul da Silva Moreira, esteve interessado em saber os nomes dos professores da UFPA que promoviam agitações e subversões no meio estudantil³⁰. No dia seguinte, o reitor Silveira Neto solicitou³¹ que a vice-diretora da Escola de Serviço Social informasse a ele a respeito da situação estudantil nessa unidade, citando o nome dos professores envolvidos em fatos delituosos, ao que lhe fora comunicado nada existir nesse sentido, pois as aulas haviam iniciado em “ambiente de plena e completa normalidade”, bem como, conforme informou a diretora em exercício, Maria Tereza Couceiro Simões, não havia indícios de subversão no movimento estudantil e consequente envolvimento de membros do corpo funcional³².

A polícia federal também queria estar a par das agitações que poderiam irromper a partir das universidades, e o reitor tratou de dar despacho em caráter de urgência ao pleito, sem que nada tivesse sido observado de anormal naquele momento, o que não quer dizer que não houvesse ações por parte dos estudantes “por debaixo dos panos”. Quanto ao envolvimento dos professores em atos de subversão, não se exclui a hipótese de que nem tudo era repassado às

autoridades, e os próprios chefes de imediatos poderiam decidir “acobertar” colegas que promovessem algum tipo de ação contra o regime militar.

As informações não paravam de circular: naquele mesmo dia, 22 de março de 1969, a Reitoria recebeu um informe da DSI/MEC³³, tratando de uma provável campanha de sensibilização da opinião pública a respeito de o número de aprovados nos vestibulares ser superior ao número de vagas ofertadas (novamente a questão dos excedentes), sendo esse um “aspecto reacionário da ditadura”, como definiu o órgão emissor. O documento, também encaminhado às demais universidades federais, alertava para a possibilidade de haver tumultos nas faculdades, com previsão de permanência dos aprovados nas salas de aula, seguida de ocupação das escolas e de ações de rua, tudo isso “para a denúncia do caráter reacionário da ditadura”³⁴.

A preocupação maior do reitor Silveira Neto, naqueles dias, era que, no dia 31 de março, quando a “Revolução” completaria seu quinto aniversário, reuniões e aglomerações ocorressem na UFPA com caráter subversivo, conforme os rumores sugeriam³⁵.

Naquele ano de 1969, a atmosfera na universidade não parecia ser das mais tranquilas, apesar do que havia informado Maria Tereza Couceiro Simões. Tanto que Jonathas Pontes Athias, coordenador administrativo do Conjunto Universitário Pioneiro, em maio, solicitou à diretora que suspendesse as aulas que ocorreriam na Escola de Serviço Social no dia 19 para prevenir manifestações, uma vez que, naquele dia, seria aplicada uma prova de Física para candidatos ao curso de Medicina³⁶.

Esse fluxo de informações envolvia o gabinete da Reitoria, as unidades internas da UFPA, os órgãos de segurança e o Ministério da Educação e Cultura, no caso, através do DSI/MEC. Podemos citar como exemplo uma circular³⁷ encaminhada pelo reitor Silveira Neto, em junho de 1969, à vice-diretora da Escola de Serviço Social, fazendo alusão a um documento que havia sido recebido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que, por sua vez, fazia referência a outro documento³⁸, assinado pelo general José Bretas Cupertino, diretor-geral do Departamento de polícia federal, que, originariamente, havia sido encaminhado ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra. Cupertino se reportava ao ministro da Educação para informar a ele sobre um possível recebimento de elevadas somas em dinheiro por parte dos Diretórios Acadêmicos, muitos deles liderados por “esquerdistas”, oriundas de cobrança de taxas de inscrições dos candidatos às provas de vestibular. A preocupação do general, conforme este aponta, era de que esses recursos fossem utilizados para fomentar atividades contrárias ao governo, ou seja, atividades subversivas. No dia 27 de junho, a diretora em exercício, Maria Tereza Couceiro Simões, informou ao reitor desconhecer que o DA de Serviço Social tivesse

cobrado taxa de inscrição dos candidatos à matrícula na primeira série e, ainda, conforme havia apurado entre os alunos, nem mesmo dos aprovados nos exames de vestibulares e matriculados na primeira série foi cobrada qualquer taxa³⁹.

No exemplo acima, percebemos como transcorria a movimentação de informações entre os órgãos da administração pública, envolvendo agentes de altíssimo escalão do regime, passando pela autoridade máxima da Universidade e por chefes de departamentos de nível mais baixo, bem como pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Eram muitos envolvidos para tratar de assuntos bem específicos, suspeitas, muitas vezes, não confirmadas, qual seja um possível financiamento de atividades contra o regime através de exames de vestibulares, o que, por si só, normalmente não levantaria desconfiança.

O ex-guarda civil e funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, Alexandre Lopes da Silva, desde novembro de 1970, estava à disposição do SNI, exercendo, em caráter eventual, a função de estafeta do escritório sediado em Belém. O agente, apesar de ter trabalhado no gabinete do secretário de Segurança e ter sido indicado como um funcionário de bons antecedentes, foi, em período que antecedeu a sua incorporação ao SNI, “triado em todos os órgãos de Segurança e Informação da área, ‘nada constando’ a respeito de seus antecedentes ideológicos”. No entanto, no dia 21 de janeiro de 1971, o tenente-coronel Mauro Amâncio de Souza, subcomandante do 22º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS) de Belém, encarregado de um Inquérito Policial Militar, participou da chefia do NABE que havia prendido, “para averiguações”, conforme previsto no artigo nº 59 da Lei de Segurança Nacional, Alexandre Lopes da Silva, “por estar implicado em caso de subversão”. Alexandre havia sido denunciado por um sargento do Exército, também preso por estar implicado na prática do mesmo crime⁴⁰.

O caso de um funcionário do SNI preso e submetido a um IPM chama atenção para o nível de monitoramento executado pelos órgãos de vigilância. O indiciado, então com 48 anos de idade, foi interrogado na sede da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal em Belém, ocasião em que relatou que, por volta de 1954, quando trabalhava no cais do porto, “teve seus primeiros contatos com os elementos do movimento comunista do Pará” a convite de outros estivadores. Nas reuniões que aconteciam no cais, eram debatidas teses e explanados os objetivos do PCB. Segundo consta no depoimento, por volta de 1957, Alexandre deixou o trabalho como estivador para ingressar na polícia civil, afastando-se das atividades “subversivas” até 1967 quando passou a ter contato com uma célula militar do PC no Pará, da qual faziam parte mais dois sargentos do Exército, com os quais se encontrava nas localidades de Icoaraci e Coqueiro para as reuniões da “célula”⁴¹. O ex-guarda civil foi desligado do SNI pelo chefe local,

general Mário Aldo Couto da Gama⁴², mas acabou absolvido, por insuficiência de provas, da acusação de ter cometido crime contra a Segurança Nacional⁴³.

Para manter essa “máquina” de identificação de elementos suspeitos em operação, o regime militar teria de dispor de recursos financeiros compatíveis, o que nem sempre acontecia. A carência de verbas com que se defrontavam todos os órgãos da “Comunidade” era uma das maiores dificuldades dos Sistemas de Informações, constituindo-se “em sério entrave ao desenvolvimento e aprimoramento dos processos e das técnicas utilizadas” pela vigilância. O DSI/MEC chegou a acentuar que, por conta da extensão territorial do País, era vasto o campo a ser coberto pelas Informações para atender a todas as solicitações feitas pelo governo em tempo útil e com a necessária precisão e objetividade⁴⁴.

Para contornar essas dificuldades, a Divisão disseminou manual para buscar aproximação com as fontes das informações e orientá-las para que fossem capazes de desenvolver, com pleno conhecimento, as atribuições daquele setor específico e, de modo especial, “a correta mentalidade de informações”. A padronização das normas e conceitos de uso corrente, no trato das informações, criaria as condições necessárias à uniformização das atividades do Sistema Setorial de Informações (SIS) do MEC e um automatismo que geraria a brevidade na análise e na aplicação dos dados coletados⁴⁵.

Considerações Finais

Esses informes parecem ter sido uma estratégia adotada pelo DSI/MEC para deixar as Reitorias cientes do que estava acontecendo dentro do movimento estudantil e sua atuação política, mesmo após o AI-5, o que corrobora com a tese de que os estudantes se mantiveram atuantes apesar da rigidez por parte dos militares. As autoridades procuravam se antecipar a possíveis movimentações e atos de rebeldia que poderiam achar palco nas universidades com desdobramentos factíveis para fora de seus muros.

São detalhes que sugerem o temor que existia em relação ao movimento estudantil e a capacidade deste de promover ações de resistência ao regime, de modo que uma ordinária aplicação de um exame de vestibular poderia ser alvo de agitações e protestos. A circulação dessas informações dá conta dos dados que transitavam na UFPA e entre as autoridades, estas bastante atentas a todo e qualquer movimento de rebeldia que pudessem ocorrer nesse espaço.

O sistema de vigilância, montado pela “Comunidade”, foi configurado de tal maneira que qualquer pessoa poderia ser monitorada e seus dados biográficos levantados. A atmosfera de suspeição era intensa e nem mesmo os agentes do próprio SNI escapavam do patrulhamento.

Referências Bibliográficas

- AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.
- GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Entrevista

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Periódico

- ACADÊMICOS de direito apoiando Alacid Nunes. **O Liberal**, Belém, 19 ago. 1965.

Documento Produzidos pelos Órgãos de Vigilância

- “Manual de Segurança e Informações”, DSI/MEC. Brasília, DF, 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.
- ACE nº 96814/65, Ministério da Aeronáutica. Belém, 06/07/1965. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.
- Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.
- Auto de Perguntas ao Indiciado, 8ª RM/2ª Seção/Ministério do Exército. Belém, 28/01/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.
- Circular nº GR/04/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- Circular nº GR/1/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular nº GR/2/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Circular nº GR/3/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 28/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informação nº 067, NABE/SNI. Belém, 07/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 15, Confidencial, DSI/SEP/MEC/69. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Informe nº 281/SNI/ARJ. Rio de Janeiro, 27/04/1966. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Nº 130/SEC, Preservado, MJ/DPF. 27/02/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 38, Confidencial, Urgente, SNI. Belém, 09/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 7, Confidencial, SNI. Belém, 29/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº GR/1/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 23/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº GR/119/68, MEC/UFPA. Belém, 10/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício DSI/MEC/1/68. Belém, 04/01/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício NL nº 22/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 013/69-DR/PA, Confidencial, MJ/DPF. Belém, 21/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 125, Auditoria da 8ª Região Militar/CJM/ Justiça Militar. Belém, 31/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 14/69-ESS/MEC/UFPA. Belém, 14/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 174/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 37, Confidencial, AMA/NABE/SNI. Belém, 02/02/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício nº 394/68-ESS, MEC/UFPA. Belém, 30/12/1968. (Anexos A a X). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº 74/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/04/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Ofício nº ESS/005/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 16/05/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.

Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 00653/ABE/SNI. Belém [não foi possível identificar a data de produção do documento, mas certamente não é anterior a fevereiro de 1976, como pode ser aferido pelas datas indicadas no Prontuário].

Legislação

UFPA. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 22 de outubro de 2016. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 5, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, v. 7, p. 24, 22 nov. 1963.

Notas:

¹ Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Instituto Dom Barreto (Piauí). E-mail: renannreis@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0000-0002-3701-5789>

² Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

³ UFPA. **Resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013**. Cria a Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN, 2013. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2013/721%20Comissao%20da%20Verdade.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

⁴ BRASIL. Lei nº 12.528, de 22 de outubro de 2016. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 1, 18 nov. 2011.

⁵ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 190, p. 5, 18 nov. 2011.

⁶ FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. No trato com esses “documentos sensíveis”, o historiador deve estar ainda mais atento a alguns princípios éticos, uma vez que são expostas informações pessoais de atores que sofreram vários tipos de violência durante o regime vigente, o que se torna mais delicado se considerarmos a proximidade do pesquisador em relação aos acontecimentos e sujeitos, característica fundamental da História do Tempo Presente. Entendemos por História do Tempo Presente a definição dada pelo historiador Henry Rousso. Trata-se do campo de estudo que se debruça “sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo”. Dito de outra forma, “uma História [...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo, com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”. AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 548-549.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁹ Ofício nº 018/72, Confidencial, Gabinete do Reitor/UFPA. Belém, 27/04/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁰ Pedido de busca nº 0556/700/ABE/78. Belém, 13/04/1978. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹¹ Prontuário nº 00653/ABE/SNI. Belém [não foi possível identificar a data de produção do documento, mas certamente não é anterior a fevereiro de 1976, como pode ser aferido pelas datas indicadas no Prontuário].

¹² A comissão de acadêmicos de Direito estava assim constituída: Algenor Teixeira, Rafael Lucas, Walter Arbage, Orlando Campos, Américo Monteiro, José Tuma Haber, Hermínio Pereira Filho, João Augusto Corrêa, Ubiracy Sidrin, Fernando Otávio Mercês, Ney Sardinha, Deusdedith Brasil, Raul Sampaio e Raimundo Ney Oliveira. ACADÊMICOS de direito apoiando Alacid Nunes. **O Liberal**, Belém, 19 ago. 1965.

¹³ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁴ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143; 149.

¹⁶ ACE nº 96814/65, Ministério da Aeronáutica. Belém, 06/07/1965. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁷ Solange Maria Soares Afonso (estudante do curso de Engenharia) e Cecília Takahashi (estudante do curso de Engenharia). Informe nº 281/SNI/ARJ. Rio de Janeiro, 27/04/1966. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

¹⁸ Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

- ¹⁹ Informação nº 1058/SNI/ARJ/1967. Rio de Janeiro, 11/09/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.
- ²⁰ Ofício DSI/MEC/1/68. Belém, 04/01/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²¹ Ofício Circular nº 7, Confidencial, SNI. Belém, 29/11/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²² Ofício Circular nº 38, Confidencial, Urgente, SNI. Belém, 09/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²³ Ofício Circular nº GR/119/68, MEC/UFPA. Belém, 10/12/1968. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²⁴ BRASIL. Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, v. 7, p. 24, 22 nov. 1963.
- ²⁵ Ofício nº 394/68-ESS, MEC/UFPA. Belém, 30/12/1968. (Anexos A a X). Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²⁶ José de Souza Macedo, José Chaves Müller, Maria Virgínia Guedes Gomes da Silva, Zulima Ovídia Vergolino Dias, Maria Tereza Couceiro Simões, Josefa Bertília Monteiro de Brito, Maria Stella Soares de Brito, Maria Ruth Garcia Reymão, em um total de vinte e sete (entre professores assistentes, adjuntos, hora-aula e contratados), foram alguns dos nomes que apareceram no relatório encaminhado pelo chefe do NABE. Residência, religião, local de trabalho, ocupações atuais e anteriores, tudo foi minuciosamente descrito no documento. Ofício nº 14/69-ESS/MEC/UFPA. Belém, 14/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²⁷ Ludmila Pereira, ao tratar da inserção da AESI no âmbito da UFF, teve essa mesma percepção. PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- ²⁸ Ofício Circular nº GR/1/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 23/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ²⁹ Ofício NL nº 22/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/01/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁰ Ofício nº 013/69-DR/PA, Confidencial, MJ/DPF. Belém, 21/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³¹ Circular nº GR/1/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³² Ofício nº 74/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 07/04/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³³ Informe nº 15, Confidencial, DSI/SEP/MEC/69. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁴ Circular nº GR/2/Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 22/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁵ Circular nº GR/3/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 28/03/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁶ Ofício nº ESS/005/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 16/05/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁷ Circular nº GR/04/69, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 04/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁸ Nº 130/SEC, Preservado, MJ/DPF. 27/02/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ³⁹ Ofício nº 174/69-ESS, Confidencial, MEC/UFPA. Belém, 27/06/1969. Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da UFPA, Arquivo Nacional.
- ⁴⁰ Ofício nº 37, Confidencial, AMA/NABE/SNI. Belém, 02/02/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴¹ Auto de Perguntas ao Indiciado, 8ª RM/2ª Seção/Ministério do Exército. Belém, 28/01/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴² Informação nº 067, NABE/SNI. Belém, 07/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴³ No mesmo processo, o Conselho Permanente de Justiça do Exército decidiu também absolver o 2º sargento do Exército Armando Álvaro Alves Tupiassu e o sargento da PM Luiz Maria da Silva das penas previstas no artigo 36 do Decreto-Lei nº 314/67. Ambos foram indiciados por fazerem parte da “célula militar” comunista. Ofício nº 125, Auditoria da 8ª Região Militar/CJM/ Justiça Militar. Belém, 31/01/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁴ Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

⁴⁵ “Manual de Segurança e Informações”, DSI/MEC. Brasília, DF, 1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.